

## Instrumental 2 – Registro do Processo da Conferência de Assistência Social 2015

### Informações Gerais da Conferência Municipal:

<b>1. Nome do Município/UF</b>	Juiz de Fora / MG
<b>2. Identificação da Conferência</b>	VIII Conferência Municipal de Assistência Social
<b>3. Datas de realização</b>	30 e 31 de Julho de 2015
<b>4. Local de realização</b>	Instituto Metodista Granbery – Rua Batista de Oliveira, nº 1.145 – bairro Centro – Juiz de Fora – MG – CEP: 36.010-530
<b>5. Porte do município</b>	Grande
<b>6. Número total de participantes</b>	300 (trezentos) inscritos e 258 (duzentos e cinquenta e oito) presentes

### 7. Número de Delegados por categoria:

Sociedade Civil			Governamentais
Usuários	Trabalhadores	Entidades	
44	37	31	118

### 8. Quais e quantos eventos de mobilização antecederam a Conferência?

Número	Tipo de Eventos de Mobilização
	Pré-conferências ou encontros preparatórios: 03 (três), sendo: 02 (dois) encontros preparatórios da Comissão de Formação e Comunicação do CMAS/JF com os Conselhos Regionais de Assistência Social - COREAS nos dias 09/06/2015 e 14/07/2015 e 01 (uma) Pré-Conferência em 16/07/2015 no CMAS/JF.
	Palestras ou debates públicos
	Outras formas: Notícias no <i>site</i> do CMAS/JF.

**9. Ato de Convocação:**

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO DO MUNICÍPIO DE JUIZ DE FORA - ATOS DO GOVERNO DO PODER EXECUTIVO - Publicado em: 21/05/2015 as 00:01 - DECRETO N.º 12.343 - de 20 de maio de 2015 - Convoca a VIII Conferência Municipal de Assistência Social.

**10. Programação da Conferência:**

**DIA 30/07 – QUINTA-FEIRA** - 09:00h Abertura Oficial - 09:30h Palestra Magna - 10:45 Mesa de debate - 14:00h – Plenárias Temáticas - 18:00h Encerramento - **DIA 31/07 – SEXTA-FEIRA** 08:00h – Continuação dos trabalhos nas Plenárias Temáticas - 11:30h – Entrega das propostas - 13:30h – Eleição dos delegados da Conferência Regional - 14:00h – Plenária Final e apresentação dos Delegados para a Conferência Regional - 17:30h Encerramento.

**11. Registro do Resultado dos Grupos de Trabalho**

### Dimensão 1: Dignidade Humana e Justiça social: princípios fundamentais para a consolidação do SUAS

	Prioridades para o Município	Prioridades para o Estado	Prioridades para o União
1	Ampliação e melhorias na infraestrutura dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para crianças, adolescentes, jovens e idosos, nos vazios socioassistenciais, com garantia de acesso aos serviços já existentes e implantação do Centro Dia para pessoas com deficiência e idosos, Serviço de Atendimento em Domicílio ao Idoso e Pessoa com Deficiência, Residência Inclusiva e República para Idosos.	Garantir que 5% do orçamento total estadual seja destinado à seguridade social para a política de assistência social, conforme recomendam a política nacional e as conferências anteriores.	Garantir que 5% do orçamento total federal seja destinado à seguridade social para a política de assistência social, conforme recomendam a política nacional e as conferências anteriores.
2	Ampliação dos equipamentos públicos – CRAS (criação de equipe volante), CREAS e CENTRO POP, de acordo com diagnósticos sócio territoriais, com melhorias na infraestrutura e recursos humanos, com o mínimo de 60% de servidores efetivos até 2017.	Garantir que o estado aumente os valores dos pisos destinados ao custeio, abrindo cofinanciamento para novos serviços no município, a saber: Centro Dia, Residências Inclusivas, Atendimento a Idosos e Pessoas com Deficiência em Domicílio, República para idosos e equipamentos públicos – CRAS, CREAS e CENTRO POP – de acordo com os diagnósticos socioterritoriais elaborados pela vigilância socioassistencial.	Garantir que o governo federal aumente os valores dos pisos destinados ao custeio, abrindo cofinanciamento para novos serviços no município, a saber: Centro Dia, Residências Inclusivas, Atendimento a Idosos e Pessoas com Deficiência em Domicílio, República para idosos e equipamentos públicos – CRAS, CREAS e CENTRO POP – de acordo com os diagnósticos socioterritoriais elaborados pela vigilância socioassistencial.
3	Elaborar e implementar o Plano Municipal de Educação Permanente em SUAS destinado a capacitação dos gestores, conselheiros, trabalhadores da área e de	Garantir os recursos orçamentários e financeiros no estadual para a continuidade e expansão de programas de inclusão socioproductiva e	Garantir os recursos orçamentários e financeiros no federal para a continuidade e expansão de programas de inclusão socioproductiva e

	todos os atores dos territórios socioassistenciais.	qualificação profissional.	qualificação profissional.
4	Garantir recursos orçamentários e financeiros para expansão do acesso à capacitação e qualificação profissional, visando a inserção de indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade e risco social no mundo do trabalho, oferecidas, preferencialmente, próximo aos locais de moradia.	Assegurar financiamento e investimento para a construção de Casas de Passagem e Repúblicas para pessoas em situação de rua, visando a promoção e garantia de direitos, o fortalecimento do convívio social e a inclusão no mercado de trabalho.	Assegurar financiamento e investimento para a construção de Casas de Passagem e Repúblicas para pessoas em situação de rua, visando a promoção e garantia de direitos, o fortalecimento do convívio social e a inclusão no mercado de trabalho.
5	Que o município de Juiz de Fora garanta 5% de seu orçamento total para a assistência social, alocando os recursos no Fundo Municipal de Assistência Social e vinculando-os ao Plano Municipal da Assistência Social.	Garantir que as políticas públicas sociais busquem, constantemente, a intersetorialidade na perspectiva da integralidade do cuidado e promoção da dignidade humana atentando para as questões de etnia, raça, gênero, orientação sexual, credo e deficiência com justiça social.	Garantir que as políticas públicas sociais busquem, constantemente, a intersetorialidade na perspectiva da integralidade do cuidado e promoção da dignidade humana atentando para as questões de etnia, raça, gênero, orientação sexual, credo e deficiência com justiça social.

## Dimensão 2: Participação social como fundamento do SUAS

	Prioridades para o Município	Prioridades para o Estado	Prioridades para o União
1	Rever a legislação pertinente a composição dos conselhos de assistência social, de forma que a composição passe a ser tripartite, sendo constituída por governo (30%), sociedade civil (30%) e usuários (40%) nos entes federados.	Rever a legislação pertinente a composição dos Conselhos de Assistência Social, de forma que a composição passe a ser tripartite, sendo constituída por governo (30%), sociedade civil (30%) e usuários (40%) nos entes federados.	Rever a legislação pertinente a composição dos Conselhos de Assistência Social, de forma que a composição passe a ser tripartite, sendo constituída por governo (30%), sociedade civil (30%) e usuários (40%) nos entes federados.
2	Criar Comissões de Participação Social em todas as regiões do município com instituição de uma Ouvidoria Geral do SUAS e viabilizar plataforma virtual de sugestões e críticas, sobre a assistência social do município.	Criar regulamentação para o trabalhador que represente a sociedade civil nos Conselhos de Direitos tenha respaldo legal de trabalho no horário de reunião dos Conselhos. Criar slogan para identificar essas empresas parceiras do controle social.	Criar regulamentação para o trabalhador que represente a sociedade civil nos Conselhos de Direitos tenha respaldo legal de trabalho no horário de reunião dos conselhos. Criar slogan para identificar essas empresas parceiras do controle social.
3	Elaborar Plano para Pacto Municipal de Participação Popular, contemplando a criação dos Fóruns Intersetoriais dos Conselhos, viabilizando e estimulando a participação social em todos os Fóruns.	XXX	XXX
4	Garantir material informativo acessível nas cartilhas, textos sobre a importância da participação social.	XXX	XXX
5	Instalar e garantir plenárias transversais com frequência semestral entre os Conselhos de Direito viabilizando a	XXX	XXX

	interface entre as politicas publicas com vistas à garantia de direitos humanos e sociais.		
--	--	--	--

### Dimensão 3: Primazia da responsabilidade do Estado: por um SUAS Público e Republicano

	Prioridades para o Município	Prioridades para o Estado	Prioridades para o União
1	Assegurar um percentual mínimo de 5% para os próximos orçamentos públicos do município de Juiz de Fora para a política de assistência social, para que tenhamos mais qualidade e coberturas dos serviços socioassistenciais.	Alterar as legislações de programas sociais que condicionam para sua participação a obrigatoriedade da pessoa ser responsável familiar inscrita no CadÚnico, atribuindo apenas como elemento condicionador a sua inserção no Sistema do Cadastro Único.	Alterar as legislações de programas sociais que condicionam para sua participação a obrigatoriedade da pessoa ser responsável familiar inscrita no CadÚnico, atribuindo apenas como elemento condicionador a sua inserção no Sistema do Cadastro Único.
2	Aprimorar o entendimento jurídico e contábil na gestão municipal com o intuito de otimizar a utilização das verbas vinculadas dos serviços e programas dos governos estadual e federal;	Ampliar os recursos estaduais para os programas, projetos e serviços municipais da rede socioassistencial na proporção do número de famílias contempladas no Cadastro Único da Assistência Social ou em situação de vulnerabilidade e violação de direitos no município.	Ampliar os recursos federais para os programas, projetos e serviços municipais da rede socioassistencial na proporção do número de famílias contempladas no Cadastro Único da Assistência Social ou em situação de vulnerabilidade e violação de direitos no município.
3	Institucionalizar uma instância colegiada com qualificação técnica e autonomia de ação que estabeleça uma interlocução entre as políticas de assistência social, saúde e educação.	Assegurar um percentual mínimo de 5% para os próximos orçamentos públicos do estado para a política de assistência social, para que tenhamos mais qualidade e coberturas dos serviços socioassistenciais.	Assegurar um percentual mínimo de 5% para os próximos orçamentos públicos da união para a política de assistência social, para que tenhamos mais qualidade e coberturas dos serviços socioassistenciais.
4	Que a gestão pública crie condições para que a rede socioassistencial reconheça os CRAS e CREAS efetivamente como a porta de entrada da assistência social em Juiz de Fora.	Propor que os três entes federativos compensem as renúncias fiscais e as desonerações tributárias que impactam no orçamento da seguridade social.	Propor que os três entes federativos compensem as renúncias fiscais e as desonerações tributárias que impactam no orçamento da seguridade social.
5	Elaborar Lei Municipal do SUAS	Garantir por parte do Estado a	Garantir por parte da União a

	<p>articulada pelo CMAS, de forma a estabelecer os modos e critérios para prestação de serviços.</p>	<p>qualificação permanente dos gestores municipais e entidades executoras, no sentido de efetivar o cumprimento dos critérios e padrões existentes para a oferta dos serviços socioassistenciais em conformidade com a política nacional de assistência social.</p>	<p>qualificação permanente dos gestores municipais e entidades executoras, no sentido de efetivar o cumprimento dos critérios e padrões existentes para a oferta dos serviços socioassistenciais em conformidade com a política nacional de assistência social.</p>
--	--	---	---



**Dimensão 4: Qualificação do Trabalho no SUAS**

	Prioridades para o Município	Prioridades para o Estado	Prioridades para o União
1	Implementar mesa permanente de negociação que englobe usuários, trabalhadores, sindicatos, prestadores de serviços e gestão conforme NOB-RH/SUAS e Resolução nº 172/2007 CNAS, a fim de consolidar direitos sociais e trabalhistas, com objetivo de discutir temas como: plano de cargos, carreiras e salários específico do SUAS; formação e qualificação profissional, jornada de trabalho; saúde do trabalhador (incluindo a penosidade).	Implementar mesa permanente de negociação que englobe usuários, trabalhadores, sindicatos, prestadores de serviços e gestão conforme NOB-RH/SUAS e Resolução nº 172/2007 CNAS, a fim de consolidar direitos sociais e trabalhistas, com objetivo de discutir temas como: plano de cargos, carreiras e salários específico do SUAS; formação e qualificação profissional, jornada de trabalho; saúde do trabalhador (incluindo a penosidade).	Implementar mesa permanente de negociação que englobe usuários, trabalhadores, sindicatos, prestadores de serviços e gestão conforme NOB-RH/SUAS e Resolução nº 172/2007 CNAS, a fim de consolidar direitos sociais e trabalhistas, com objetivo de discutir temas como: plano de cargos, carreiras e salários específico do SUAS; formação e qualificação profissional, jornada de trabalho; saúde do trabalhador (incluindo a penosidade).
2	Garantir a criação de um departamento específico de Gestão do Trabalho do SUAS na Secretaria de Desenvolvimento Social, em cumprimento às normativas, com rubrica específica.	Criar o Plano Estadual e Nacional de Educação Permanente visando capacitar os atores da assistência social, garantindo a participação de todos os atores políticos (usuários, trabalhadores, entidades e conselheiros) nesse processo.	Implementar o Plano Nacional de Educação Permanente visando capacitar os atores da assistência social, garantindo a participação de todos os atores políticos (usuários, trabalhadores, entidades e conselheiros) nesse processo.
3	Criar o Plano Municipal de Educação Permanente visando capacitar os atores da assistência social, garantindo a participação de todos os atores políticos (usuários, trabalhadores, entidades e conselheiros) nesse processo.	Realizar concurso público estadual e federal para composição de todas as equipes de referência do SUAS, conforme NOB-RH.	Realizar concurso público estadual e federal para composição de todas as equipes de referência do SUAS, conforme NOB-RH.

4	Realizar concurso público municipal para composição de todas as equipes de referência do SUAS, conforme NOB-RH, priorizando as coordenações de CRAS, CREAS e CENTRO POP.	Implementar de forma imediata os pontos do Plano Decenal 2005/2015 não efetivados.	Implementar de forma imediata os pontos do Plano Decenal 2005/2015 não efetivados.
5	Reestruturar e planejar o trabalho nos equipamentos públicos da assistência social, principalmente nos CRAS, de forma a delimitar as demandas de serviço executadas em cada equipamento, para que sejam pertinentes, de fato, à política de assistência social e à execução de cada serviço (PAIF, PAEFI, Medidas Socioeducativas em Meio Aberto, etc).	XXX	XXX

Dimensão 5: Assistência Social é direito

	Prioridades para o Município	Prioridades para o Estado	Prioridades para o União
1	Implantar o Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas, bem como do Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência e Idosas e suas famílias, com a criação de Centro Dia ou de adaptação de unidades já existentes no município.	Ampliar os recursos federais para programas, projetos e serviços municipais da rede socioassistencial, garantindo o mínimo de 5% do orçamento federal.	Ampliar os recursos federais para programas, projetos e serviços municipais da rede socioassistencial, garantindo o mínimo de 5% do orçamento federal.
2	Garantir orçamento para assegurar o acesso do usuário aos serviços que sejam fora do seu território socioassistencial através do transporte.	Incluir no material de divulgação do SUAS, distribuído pelo Governo Estadual, cartilhas explicativas que traduzam a política de assistência social e o sistema de gestão de forma lúdica e acessível ao seu usuário.	Incluir no material de divulgação do SUAS, distribuído pelo Governo Federal, cartilhas explicativas que traduzam a política de assistência social e o sistema de gestão de forma lúdica e acessível ao seu usuário.
3	Criar serviços com foco no atendimento a adolescentes e jovens a partir dos 14 anos direcionados para a inclusão no mundo do trabalho, independente da escolaridade.	XXX	XXX
4	Criar e ampliar Serviços de Acolhimento conforme Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais de acordo com os indicadores da vigilância socioassistencial.	XXX	XXX
5	Criar uma Ouvidoria de Assistência Social vinculada ao Conselho Municipal de Assistência Social tendo também o papel de avaliação sistemática e monitoramento	XXX	XXX

	dos serviços com a participação de usuários.		
--	--	--	--

**12. Registro das Deliberações da Plenária da Conferência Municipal de Assistência Social**

<b>Prioridades para o Município</b>	
01	Assegurar que o município de Juiz de Fora garanta 5% de seu orçamento total para a assistência social, alocando os recursos no Fundo Municipal de Assistência Social e vinculando-os ao Plano Municipal da Assistência Social.
02	Ampliação dos equipamentos públicos – CRAS (criação de equipe volante), CREAS e CENTRO POP, de acordo com diagnósticos socioterritoriais, com melhoria na infraestrutura e recursos humanos, com o mínimo de 60% de servidores efetivos até 2017.
03	Elaborar o Plano Municipal de Educação Permanente em SUAS destinado a capacitação dos gestores, conselheiros, trabalhadores da área e de todos os atores dos territórios socioassistenciais.
04	Implementar mesa permanente de negociação que englobe usuários, trabalhadores, sindicatos, prestadores de serviços e gestão conforme NOB-RH/SUAS e Resolução nº 172/2007 CNAS, a fim de consolidar direitos sociais e trabalhistas, com objetivo de discutir temas como: plano de cargos, carreiras e salários específico do SUAS; formação e qualificação profissional, jornada de trabalho; saúde do trabalhador (incluindo a pensão).
05	Criação de serviços com foco no atendimento a adolescentes e jovens a partir dos 14 anos direcionados para inclusão no mundo do trabalho, independente da escolaridade.

<b>Prioridades para o Estado</b>	
01	Garantir que 5% do orçamento total estadual seja destinado à seguridade social para a política de assistência social, conforme recomendam a política nacional e as Conferências anteriores.
02	Rever a legislação pertinente a composição dos Conselhos de Assistência Social, de forma que a composição passe a ser tripartite, sendo constituída por governo (30%), sociedade civil (30%) e usuários (40%) nos entes federados.
03	Garantir os recursos orçamentários e financeiros no estadual para a continuidade e expansão de programas de inclusão socioproductiva e qualificação profissional.
04	Criar a mesa permanente de negociação que englobe usuários, trabalhadores, sindicatos, prestadores de serviços e gestão conforme NOB-RH/SUAS e Resolução nº 172/2007 CNAS, a fim de consolidar direitos sociais e trabalhistas, com objetivo de discutir temas como: plano de cargos, carreiras e salários específico do SUAS; formação e qualificação profissional, jornada de trabalho; saúde do trabalhador (incluindo a pensidade).
05	Incluir no material de divulgação do SUAS, distribuído pelo governo estadual, cartilhas explicativas que traduzam a política de assistência social e o sistema de gestão de forma lúdica e acessível ao seu usuário.

<b>Prioridades para a União</b>	
01	Garantir que 5% do orçamento total federal seja destinado à seguridade social para a política de assistência social, conforme recomendam a política nacional e as conferências anteriores.
02	Rever a legislação pertinente a composição dos Conselhos de Assistência Social, de forma que a composição passe a ser tripartite, sendo constituída por governo (30%), sociedade civil (30%) e usuários (40%) nos entes federados.
03	Garantir os recursos orçamentários e financeiros no federal para a continuidade e expansão de programas de inclusão socioproductiva e qualificação profissional.
04	Implementar mesa permanente de negociação que englobe usuários, trabalhadores, sindicatos, prestadores de serviços e gestão conforme NOB-RH/SUAS e Resolução nº 172/2007 CNAS, a fim de consolidar direitos sociais e trabalhistas, com objetivo de discutir temas como: plano de cargos, carreiras e salários específico do SUAS; formação e qualificação profissional, jornada de trabalho; saúde do trabalhador (incluindo a pensidade).
05	Incluir no material de divulgação do SUAS, distribuído pelo governo federal, cartilhas explicativas que traduzam a política de assistência social e o sistema de gestão de forma lúdica e a acessível ao seu usuário.

**Avaliação da Conferência Municipal:****13. Processo avaliativo:**

A VIII Conferência teve 300 inscrições de conselheiros, usuários, representantes de entidades, trabalhadores do SUAS pela sociedade civil, e trabalhadores dos equipamentos públicos e gestores de secretarias municipais pelo governo, convidados e observadores. 86% dos participantes tiveram uma frequência de 75% e só 14% tiveram até 50%; 179 participantes avaliaram de forma positiva a Conferência: 90% dos participantes afirmaram a organização como muito boa (45%) e ótima (45%).

**14. Avaliação pelos participantes:**

	<b>Ótimo</b>	<b>Muito Bom</b>	<b>Regular</b>	<b>Ruim</b>	<b>Péssimo</b>
Divulgação / Mobilização	44	71	56	05	01
Local e infraestrutura	104	68	05	-	-
Acessibilidade	85	73	15	02	-
Programação	53	84	34	02	-
Participação	62	84	24	04	01



**15. Avaliação pelos Conselheiros Municipais:**

Aspectos Positivos	Aspectos Negativos	Demais considerações
<p>Inscreveram-se 37 conselheiros, sendo 10 não se inscreveram, com justificativas de ausência. Participaram das deliberações, defendendo suas propostas. Os Conselheiros informavam o prazer de participarem da organização, promoção e programação da Conferência e confecção do Relatório. Todos se sentiram incluídos e contribuíram em todas as atividades. Os grupos desenvolveram reflexões sobre as dimensões e produziram propostas para aprovação das deliberações. Entendemos que a Cidadania foi estudada!</p>	<p>Destacamos a falta de cobertura da mídia (TVs, Jornais e Rádios). Porém, as mídias eletrônicas garantiram o preenchimento das vagas. Outra questão foi o tempo insuficiente para participantes debaterem com palestrantes. Também, na Plenária Final e nos Grupos, o tempo de reflexão das dimensões e construções das propostas coletivas exigiam disciplina. Refletem engajamento e responsabilidade dos participantes em influenciar na prática da cidadania e construções das políticas da assistência social.</p>	<p>Foi convocada uma frente de trabalho para confecção do Relatório da Conferência. Parabenizamos a equipe que construiu esta modalidade de Relatório, pois este exigiu uma reflexão mais aprofundada dos Conselheiros a respeito da importância da Conferência - as deliberações aprovadas refletem as prioridades a nível municipal, estadual e federal. Estas foram estudadas, analisadas e avaliadas em diversos grupos, nos últimos quinze dias, após a Conferência. Fizemos uma média de dez reuniões – uma na plenária do CMAS/JF – apresentação do documento e convocação dos conselheiros; duas com os usuários para avaliação da participação dos mesmos (nas reuniões mensais dos COREAS); duas no Conselho Diretor, e os diversos encontros da Subcomissão de Normas e Relatoria, com apoio da Secretaria Executiva para elaboração e confecção deste Relatório.</p>

**16. Data: 12/08/2015****17. Assinatura dos/as responsáveis pelo preenchimento deste Registro:**

Secretária Executiva Sr<sup>a</sup> Márcia Cristina Schröder Teixeira / Subcomissão de Normas e Relatoria da VIII Conferência Municipal

**18. Assinatura do Conselho Municipal de Assistência Social:**

Conselheira Presidente Sr<sup>a</sup> Valéria Wanda da Silva Fonseca / Comissão Organizadora da VIII Conferência Municipal de Assistência Social de Juiz de Fora / Conselho Diretor do CMAS/JF